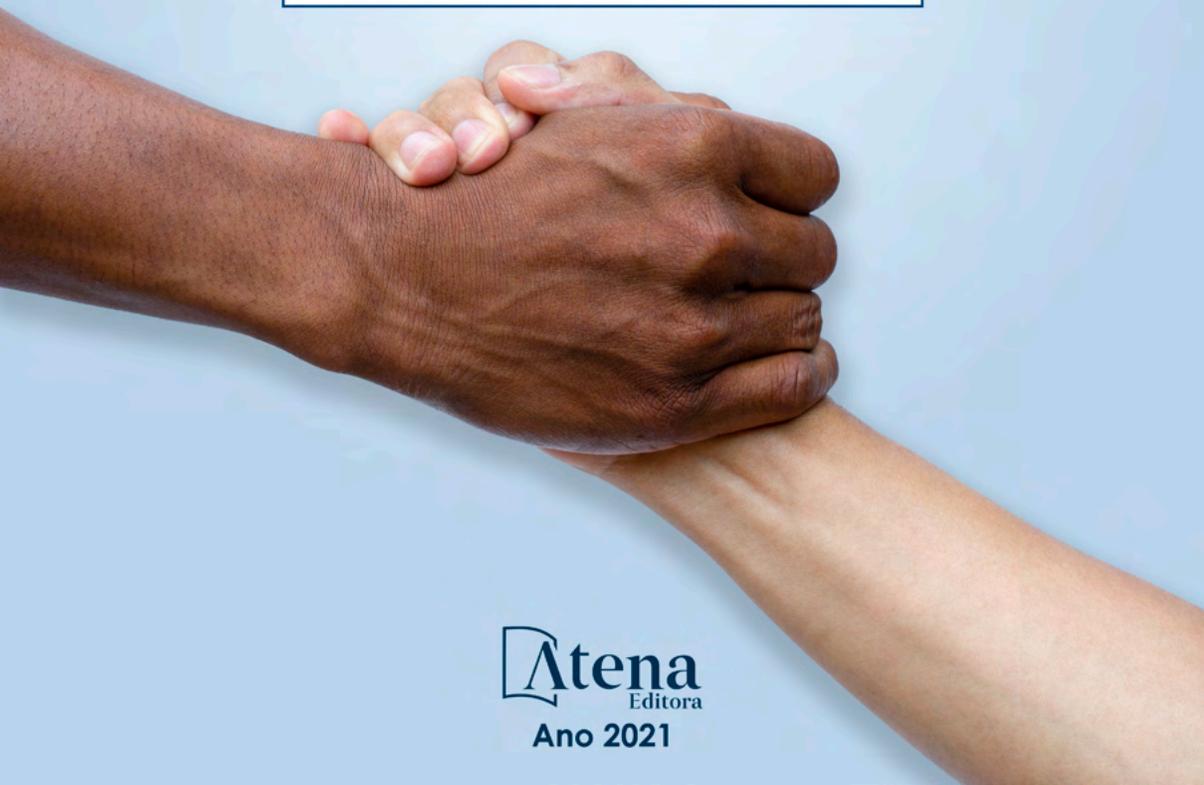


# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

**Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

# Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-644-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.444212710>

1. Serviço Social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Serviço Social na América Latina: Reflexões sobre a formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços* reúne artigos heterogêneos de distintas regiões do Brasil. São doze artigos frutos de pesquisas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos.

O primeiro artigo é fruto da tese de doutoramento em Serviço Social e apresenta as conclusões obtidas nesse processo acerca da política de saúde brasileira no contexto da contrarreforma do Estado, trazendo importantes contribuições para a análise do real e seus rebatimentos nos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade. O segundo texto, é produto das reflexões da equipe de Serviço Social em um serviço de emergência no contexto da pandemia de Covid-19, seus desafios e enfrentamentos nessa conjuntura.

O artigo seguinte consiste em ensaio teórico acerca das bases que fundamentam a proposta do Desenvolvimento da Comunidade e suas interlocuções históricas. Já o quarto texto, produto de pesquisa bibliográfica e documental, coloca em evidência o processo que culminou na Resolução nº 510/2016 que trata da normatização da pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais.

O texto seguinte, apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida junto aos idosos acompanhados por uma Unidade Básica de Saúde apontando a importância do uso da Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa. O sexto texto, decorrente de pesquisa qualitativa acerca das violências sexuais colhidas através do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA vinculadas aos anos de 2014 e 2015, trazendo neste contexto importantes contribuições à discussão da temática em foco.

O próximo artigo, por sua vez, discute o modo de produção capitalista, a questão social e o papel do Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nessa conjuntura. O oitavo artigo apresenta as reflexões e discussões acerca da temática de gênero no contexto de relações de poder no meio rural e aumento do protagonismo feminino dos espaços produtivos.

O texto seguinte discute as particularidades do processo de encarceramento do gênero feminino nas unidades prisionais trazendo importantes contribuições neste contexto. O décimo texto apresenta as reflexões e discussões acerca das percepções da construção da identidade de gênero de mulheres no mercado de trabalho.

O penúltimo texto é resultado das reflexões ocorridas no Mestrado em Desenvolvimento Social e apresenta conclusões obtidas nesse período a partir de estudo de discussão da estigmatização dos espaços urbanos. E finalmente o último artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre autogestão de recursos junto a funcionários públicos.

Neste contexto, convidamos os leitores a acessar as discussões e resultados apresentados nessa coletânea, conferindo debates contemporâneos acerca do cotidiano dos serviços e produção acadêmica nas temáticas em foco.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE	
Soraya Araújo Uchôa Cavalcanti	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127101">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127101</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
O SERVIÇO SOCIAL EM UMA EMERGÊNCIA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	
Rosana Maria de Lima	
Lani Brito Fagundes	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Vanessa Soares Patta	
Bruna de Souza Machado	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127102">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127102</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE: REFORMANDO O JECA TATU	
Tereza Cristina Pires Favaro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127103">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127103</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA RESOLUÇÃO CNS Nº 510 DE 2016	
Cacildo Teixeira de Carvalho Neto	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127104">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127104</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Gisela Saori Yoshimatsu	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127105">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127105</a>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>74</b>
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E DESIGUALDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	
Rodrigo da Silva Bezerra	
Luciane Pinho de Almeida	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127106">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127106</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>89</b>
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - E ESTRATÉGIAS DE	

## ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Angélica de Santana Rocha

Marcos Esdras Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127107>

### **CAPÍTULO 8..... 105**

#### MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Ana Paula Evangelista de Almeida

Ana Luisa Lima Grein

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127108>

### **CAPÍTULO 9..... 123**

#### MULHER, MÃE E SENTENCIADA: A REALIDADE PRISIONAL DO GÊNERO FEMININO

Maria da Luz Alves Ferreira

Fernanda Santos Aragão

Luciana Pimenta Borges Dupim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127109>

### **CAPÍTULO 10..... 140**

#### PERCEPÇÕES DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO DE MULHERES NO ESPAÇO DA CIDADE

Lucília Grandó

Carla Alessandra Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271010>

### **CAPÍTULO 11..... 153**

#### ESTIGMA TERRITORIAL EM FOCO: NOTAS SOBRE CIDADE E DESENVOLVIMENTO

Arnaldo Oliveira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271011>

### **CAPÍTULO 12..... 165**

#### AUTOGESTÃO DE RECURSOS EM MOMENTO DE ESCASSEZ: UM ESTUDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS/DOCENTES NA UNIMONTES

Eliana Soares Barbosa Santos

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo

Mônica Nascimento e Feitosa

Lucineia Lopes Bahia Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271012>

### **SOBRE A ORGANIZADORA..... 179**

### **ÍNDICE REMISSIVO..... 180**

## PERCEPÇÕES DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO DE MULHERES NO ESPAÇO DA CIDADE

Data de aceite: 26/10/2021

### Lucília Grandó

Me. Semiótica e Linguística Geral. Faculdade Santa Bárbara - FAESB-SP  
Cerquilha

### Carla Alessandra Barreto

Dra. Educação Escolar. Faculdade Santa Bárbara – FAESB-SP  
Tatuí

**RESUMO:** Este artigo propõe caracterizar e discutir as percepções das relações de gênero e discriminação colhidas durante as capacitações do projeto *"Gestão de Pessoas e Liderança: uma ótica feminina"* fruto do convênio entre o Município e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Presidência da República). Esse artigo foi o resultado da observação participante e dialogada em um projeto destinado às mulheres ocupantes de cargos de gerência em órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Percebeu-se nas falas dessas mulheres a existência das relações de estruturas patriarcais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas de Gênero; Mulheres e Representações Sociais; Poder e Patriarcalismo

### GENDER PERCEPTIONS: EXPERIENCES OF WOMEN IN THE CITY SPACE

**ABSTRACT:** This article proposes to characterize and discuss the perceptions of gender relations and discrimination collected during the training

sessions of the project "People Management and Leadership: a women's perspective" as a result of the agreement between the Municipality and the Secretariat of Policies for Women (Presidency of the Republic). This article was the result of participant observation and dialogue in a project aimed at women occupying managerial positions in public agencies and civil society organizations. The existence of the relations of patriarchal structures was perceived in these women's statements.

**KEYWORDS:** Public Policies of Gender; Women and Social Representations; Power and Patriarchalism.

### INTRODUÇÃO

Ao olhar atentamente à construção da identidade feminina verifica-se muita complexidade. Quando se analisa o passado é possível perceber que no século XVIII havia nitidamente dois tipos de mulheres, especialmente no início da formação da classe burguesa. De um lado as mães, esposas e donas de casa e de outro as mulheres que eram babás ou empregadas domésticas. Observar sobre a questão de gênero revela o quanto as mulheres tiveram seus anseios e seus sonhos reduzidos, ao espaço que sempre pareceu lhe cair muito bem: casa, família, filhos. Aquelas que persistiam em algum tipo de formação superior durante muito tempo foram estereotipadas e mal vistas pela sociedade,

essas eram estigmatizadas como mulheres de pensamentos livres e que contrariavam ao tradicionalismo e a sociedade patriarcal.

As mulheres procuraram se articular com vistas a sua emancipação, isto é, lutaram contra a ideologia que naturaliza a dominação masculina sobre suas vidas, sobre suas vontades e decisões, essas lutas forjaram o movimento feminista. O feminismo foi delineado como um movimento dos que propalavam a ampliação legal dos direitos no âmbito cível e político, isto é, a equiparação dos seus direitos ao dos homens.

Percebe-se que cada época, a seu modo, influencia o sujeito na forma de pensar e de agir, como também coexistem diferentes imagens e identidades. A mulher sempre terá diante da sociedade uma representação simbólica, como idealizada para o lar, de ser mãe e esposa, mas a representação atual permite definições mais flexíveis em que papéis podem ser misturados, isto é, vida familiar e maternidade paralela à vida profissional, exemplificando os contornos da figura da mãe tradicional, aquela que permanece em casa para atender às necessidades de todos, surgiu apenas no século XIX. O impulso sexual da mulher foi substituído pelo instinto maternal, onde a maternidade passou a representar a realização de toda mulher (ALMEIDA, 2014, p. 21).

Este trabalho propõe caracterizar e discutir as percepções sobre a construção da identidade de gênero a partir das vivências práticas e simbólicas de mulheres engajadas e ocupantes de cargos de gerência em órgãos públicos municipais, estaduais e organizações da sociedade civil de uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

A capacitação "*Gestão de Pessoas e Liderança: uma ótica feminina*" foi um projeto pleiteado junto a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Presidência da República), através do edital que visava uma ação vinculada ao Programa de Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres com enfoque na temática de Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e de Decisão. O método usado para a realização deste trabalho foi a técnica de observação participante, apoiada na metodologia descritiva, que pressupõe uma tentativa de apreender o sentido da ação social, compreender e captar o fenômeno social, o qual é carregado de sentido, e seu conhecimento diretamente assinala outros fatos significativos. Ocorre que o sentido da ação é percebido em sua concretude, em sua manifestação, e o objetivo do cientista deve ser o de entender esse processo a partir de relações causais que em determinado contexto dão sentido à ação social.

Para Quivy e Campenhoudt (2008) a investigação nas Ciências Sociais é análoga ao procedimento do pesquisador de petróleo que tem como sucesso de pesquisa a dependência de competências a serem seguidas sejam pelos geólogos, engenheiros ou técnicos. A investigação social é um processo semelhante, na qual importa:

[...] que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho. Este nunca se apresentará como simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas sim como

um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p.15).

Os autores estabelecem como procedimento de pesquisa a ideia de ruptura, construção e verificação. A ruptura seria entender que essa bagagem teórica comporta armadilhas diversas, já que as próprias ideias se assentam em aparências imediatas ou proposições parciais (ilusões e preconceitos). Dessa forma, seria construído um trabalho sobre areia, e daí decorre a “[...] importância da ruptura, que consiste precisamente em romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p.26). Logo, a ruptura é a primeira ação constitutiva da ação investigativa.

A construção só pode ser efetuada a partir de um sistema conceitual organizado que exprima a lógica que o pesquisador entende estar presente no fenômeno a ser estudado. Somente desse jeito pode construir explicações, proposições explicativas do fenômeno. Já a verificação é a garantia do estatuto científico “na medida em que pode ser verificada pelos fatos” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p.28). Há que se ressaltar que essas etapas não são independentes, mas se constituem mutuamente. A ruptura não se dá apenas no início da investigação, mas é completada pela construção e esta não pode passar sem as etapas referentes à ruptura, e dessa forma, a verificação vai buscar a sua importância no processo de elaboração. Assim, o presente artigo pretende responder como essas mulheres formadas, atuantes e gerentes percebem a questão de gênero no trabalho, na família e na representação de vida? Como elas se veem hoje perante a sociedade?

## REPRESENTAÇÕES SOBRE GÊNERO

Por muito tempo, a ideia da mulher submissa e sem perspectiva de futuro, foi a única representação que lhes cabia, seu futuro não passaria das paredes de suas casas, designadas as tarefas impostas pela sociedade. As leituras permitiram perceber, que as mulheres tinham várias mulheres dentro de si, e que essas de fato as representavam, a mulher guerreira e que vai em frente com seus ideais, sempre existiu, porém sem espaço se viu obrigada a deixar-se para trás, ou seja, socialmente as representações dessas mulheres eram a ideia imposta a elas.

Essa visão sobre a identidade da mulher a limitava como frágil e relacionava de forma direta e exclusiva aos deveres do lar e aos cuidados com a família. O machismo enraizado na sociedade brasileira faz parte de nossa formação cultural, sustentada e baseada na ideologia do patriarcalismo, na qual o homem era visto como o centro do meio social, tendo total controle sobre a mulher e responsável por todas as decisões.

Decorrente de uma divisão social, onde homens e mulheres são destinados a atividades de diferentes aspectos, coloca-se de maneira cultural a mulher como inferior ao homem devido sua força física, e esse termo de inferioridade faz com que as mulheres

sejam julgadas como mais fracas e frágeis, mesmo que estas produzam e trabalhem tanto quanto ou até mais que os homens, uma vez que é sabido que as mulheres também acumulam a jornada de trabalho dentro do lar.

O movimento feminista lutou pela igualdade social e profissional entre os sexos, de tal forma a pensar outros papéis para a mulher dentro da sociedade, o que permitiu reinventar um futuro assentado em uma mentalidade tradicional destinado a mulher com base no casamento e na maternidade. Assim, compreender a identidade feminina nos faz pensar a multiplicidade de papeis assumidos nos diferentes contextos em que a mulher atua.

Welzer-Lang (2001) pontua que a compreensão das opiniões de homens e de mulheres sobre os espaços que o masculino e feminino ocupam nas representações de gênero na sociedade e como as suas relações se estabelecem na vida cotidiana deve ser pautado em uma análise dos efeitos das relações sociais de sexo (gênero).

No entanto, de um modo geral na realidade brasileira ainda se vê um número reduzido de representatividade feminina nos espaços públicos de poder e de tomada de decisão, pois segundo Costa (2013, p.39) “além das importantes desigualdades salariais não terem sido revertidas permanecem as barreiras que impedem o acesso a postos de decisão e poder”.

Essa afirmação tem seus princípios nas pontuações de Safiotti (1989) de que na sociedade em geral e na brasileira estão presentes nos sistemas de dominação-exploração: o patriarcado que legitima as assimetrias das relações de gênero e o racismo, determinando o lugar e os espaços que as mulheres e negros devem ocupar na estrutura social. Na sociedade brasileira a estrutura de poder é androcêntrica, “o poder define-se como macho, branco e rico” (SAFIOTTI, 1989, p. 16).

Para Scott (1990) a construção dos conceitos de gênero e práticas sociais devem ser pensados historicamente, pois é a partir e através das relações cotidianas que a identidade é forjada, reforçada ou reinventada na atuação de sua prática social.

O trabalho realizado pela mulher foi considerado como uma ajuda para o marido, para manter as necessidades da família, e isso também era uma ideologia de inferioridade, pois seria apenas uma ajuda, um auxílio, justificativa para a aceitação de um salário inferior ao do homem, reforçando a ideologia patriarcal e camuflando a desigualdade, a qual era entendida como uma ordem natural no meio social.

Os avanços na discussão de gênero no Brasil se relacionam de forma direta a efervescência política e cultural dos anos de 1920, como repercussão política dessa época à dimensão cultural do movimento antropofágico, a sociedade brasileira foi convidada a repensar sua estrutura.

O nome que respondia pelo feminismo no Brasil nesse momento era Bertha Lutz, idealizadora da liga pela emancipação feminina, posteriormente chamada de Federação Brasileira pelo processo feminino. Sua atuação nesse momento foi à tentativa de buscar

apoio político, bem como apoio dos jornalistas para legitimar a causa feminina. A discussão avançou e permitiu uma crescente, porém tímida participação da mulher nas discussões e em 1933 o voto foi estendido às mulheres, garantia do direito de participação política, quanto à representação política foi garantida na constituição de 1934 sendo que a primeira representante da mulher foi a deputada Carlota Pereira de Queiros.

No interregno de 1960 a 1970 a discussão da desigualdade de gênero tornou-se mais ampla através da criação do Conselho Nacional de Mulheres no Brasil, as conquistas desse período se referem à igualdade no casamento entre homens e mulheres e o divórcio foi introduzido na legislação.

Na década de 1970 no Brasil foi organizada uma semana de discussão sobre o papel da mulher na sociedade o que originou o Centro da Mulher Brasileira, organização institucionalizada que passou a mediar os objetivos feministas em ações coletivas. Também é marca desse período a organização da Comissão Provisória de Inquérito que investigou a situação da mulher no mercado de trabalho, fatos até então desconhecidos pela sociedade ou mesmo naturalizados foram evidenciados como a impossibilidade de acesso ou ascensão em carreiras estatais pelo fato de ser mulher e a questão do pagamento sempre inferior aos dos homens, situação que ainda era pior no meio rural.

Nos anos de 1980 a mulher ou as discussões sobre a mulher foram levadas para a televisão, a discussão de gênero se tornou temática dentro das universidades e a Convenção firmada pela Organização das Nações Unidas que versava sobre a igualdade de direitos em qualquer dimensão da vida social, política e econômica foi ratificada de 1967 pelo governo brasileiro, o qual era signatário e como tal assumiu o compromisso de eliminar toda e qualquer restrição contra a mulher no mercado de trabalho.

Com o decorrer dos anos nota-se que as mulheres adquiriram independência e maior inserção no mercado de trabalho, mas infelizmente mesmo possuindo maiores estudos que os homens, elas ainda passam por diversas dificuldades na hora de disputar vagas de emprego, bem como ascensão na carreira.

Os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacam o maior grau de escolaridade das mulheres, também revelam a maior participação das mulheres em atividades econômicas e em alguns setores ultrapassando o sexo masculino, devido sua maior formação acadêmica.

Através dos dados apresentados pelo IBGE (2012) verifica-se que a mulher possui um maior número de atividades dentro dos setores públicos com 22,6%, serviços domésticos com 14,5% e comércio com 17,5%, mas tem menos presença nos setores industriais com 13,0%, em serviços prestados a empresas com 14,9% e na construção com apenas 1,0%.

O projeto de capacitações “Gestão de pessoas e liderança: uma ótica feminina” do qual esse artigo é subtraído foi idealizado para promover a discussão sobre as visões teóricas que sustentam as concepções de liderança e de gestão de pessoas, pois na sua grande maioria foram elaboradas por profissionais, estudiosos ou pesquisadores representantes

não só do sexo masculino, mas de um nicho profissional, que teve principalmente em seus primórdios um predomínio de representantes do sexo masculino.

Do total de 3.738 funcionários da Prefeitura do município, 2.450(65,5%) são do sexo feminino e 1.288 (34,5%) são do sexo masculino. As mulheres também são maioria quanto ao número de composição dos 04 conselhos municipais da Assistência Social do município e do Conselho Tutelar. Do total de 78 membros titulares e suplentes, 61(78%) são do sexo feminino e 17(22%) são do sexo masculino.

## **PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO DURANTE AS CAPACITAÇÕES GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA**

Foram convocadas aproximadamente 400 mulheres, efetivamente 267 funcionárias concluíram as capacitações e 118 não concluíram ou não compareceram. Em um segundo ciclo de capacitações devido ao grande número de não comparecimento foi aberto às profissionais das Unidades Básicas de Saúde e da Estratégia de Saúde da Família, a possibilidade de participarem em 03 oficinas de capacitação (novembro e dezembro de 2015 e fevereiro de 2016).

A faixa etária desse total de 267 mulheres caracteriza-se por: 96(36%) de 36 a 45 anos; 70 (26,6%) de 46 a 55 anos; 66 (24,4%) de 25 a 35 anos e 35 (13%) de 56 a 65 anos. Quanto ao nível de escolaridade: 203 (76%) possuíam nível superior; 08 (3%) superior incompleto; 53 (19,8%) ensino médio e 03 (1,2%) ensino fundamental.

Local de Trabalho das Participantes	Nº de participantes
Educação	88(33%)
Saúde	81(30%)
Desenvolvimento Social	30(11,3%)
OSCs	26(9,8%)
Secretaria de Administração	19(7,2%)
Cultura	04(1,5%)
GCM	04(1,5%)
Esportes	04(1,5%)
Meio Ambiente e Obras	04(1,5%)
Fundo Social	03(1,2%)
Órgão Estaduais	03(1,2%)
Incubadora	01(0,3%)

Quadro 1 - Setores de trabalho.

Fonte: Dados do organizador (2017).

Formação Profissional	Nº de participantes
Pedagogia	96(36%)
Enfermagem	35(13%)
Assistente Social	24(9%)
Administração	13(4,8%)
Psicólogo	09(3,3%)
Auxiliar de Enfermagem	07(2,6%)
Técnico em Enfermagem	05(1,8%)
Advocacia	04(1,4%)
Educação Física	04(1,4%)
Dentista	03(1,1%)
Farmácia	03(1,1%)
Técnico Ambiental	03(1,1%)
Educação Artística	02(0,7%)
Fonoaudiologia	01(0,3%)

Quadro 2 - Formação profissional.

Fonte: Dados do organizador (2017).

Durante as exposições das mulheres participantes percebeu-se em suas falas como essas relações são compreendidas, construídas, ressignificadas ou perpetuadas, uma vez que as pessoas atribuem valores aos acontecimentos, assim os fenômenos sociais, no caso a discussão realizada nas capacitações sobre gênero e gestão, carregam subjetividades explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente que foram selecionadas e organizadas na exposição.

## RECORTES E PERCEPÇÕES

Toda inteligência da realidade representa uma visão de mundo, uma ideologia consciente ou inconsciente, um ponto de vista, uma perspectiva, que comporta multiplicidades de explicações e, dessa forma, a sociologia compreensiva permite interpretar essas percepções das mulheres como o retrato de uma relação de valores, que durante as capacitações, histórias foram coletadas e selecionadas para exemplificar as diversas maneiras que as relações de gênero se manifestam no cotidiano. Também foram divididas em grupos para averiguar as percepções de discriminação de gênero na família, na sociedade e no trabalho. Após discussão em grupo, as participantes deveriam expor as percepções coletadas para as demais participantes.

A análise dos relatos, as percepções de estereótipos de gênero e as situações de

discriminação vivenciadas e discutidas pelas das participantes ao longo das 16 capacitações, compuseram 03 eixos semânticos: a) Percepções do papel e de discriminações de gênero na família; b) Percepções do papel e de discriminações de gênero na sociedade e c) Percepções do papel e de discriminações de gênero no trabalho.

Aproximadamente 70% das participantes disseram que em suas moradias há uma nítida divisão sexual do trabalho em relação às tarefas doméstica e aos cuidados com os filhos. Uma parcela menor comentou que há participação do marido e dos filhos nos afazeres domésticos. No entanto, elas percebem uma desvalorização do trabalho doméstico e quando os maridos realizam as tarefas, na própria fala delas, essa contribuição aparece como ajuda e não como dever por ser um integrante e morador da casa. Uma parcela pequena, timidamente, disse que os maridos não participavam dos afazeres domésticos;

Com relação ao tipo de educação recebida muitas mulheres afirmaram que receberam de sua família uma educação e uma criação diferenciada de seus irmãos meninos. Algumas comentaram que ao educar seus filhos ou ao pactuar a divisão dos afazeres domésticos com o marido, conseguiram romper com esse padrão de criação sexista, rompimento que só foi possível, após conflitos, negociação e conversa com os maridos, pois eles também tinham recebido uma educação diferenciada quanto ao gênero, porém muitas não romperam com esse padrão.

Ainda em relação aos conflitos algumas mulheres relataram que estes não ocorreram apenas em relação ao marido, mas também com suas mães ou com as sogras, quando tentavam romper com esses padrões de educação sexista, deixando claramente a existência de uma luta de poder intergeracional.

Essa visão sobre a identidade da mulher a limita como frágil e relacionava de forma direta e exclusiva aos deveres do lar e aos cuidados com a família. O machismo enraizado na sociedade brasileira faz parte da formação cultural, sustentada e baseada na ideologia do patriarcalismo, na qual o homem era visto como o centro do meio social, tendo total controle sobre a mulher e responsável por todas as decisões.

Decorrente de uma divisão social, onde homens e mulheres são destinados a atividades de diferentes aspectos, coloca-se de maneira cultural a mulher como inferior ao homem devido sua força física, e esse termo de inferioridade faz com que as mulheres sejam julgadas como mais fracas e frágeis, mesmo que estas produzam e trabalhem tanto quanto ou até mais que os homens, uma vez que é sabido que as mulheres também acumulam a jornada de trabalho dentro do lar.

Essa estrutura patriarcal via de regra subestimou a capacidade da mulher em sair para trabalhar, já que sua tarefa é a de cuidar dos filhos, ser uma boa esposa, e com muita luta elas foram mostrando que é possível conciliar tudo, e isso demandou muito tempo, e mesmo estando no século XXI ainda a sociedade pede provas dessa capacidade constantemente. Outro aspecto levado em consideração é que se forem analisados no transcurso histórico os fatos e acontecimentos que impactaram e promoveram grandes

transformações na sociedade, observa-se a pouca visibilidade de relatos das atuações de mulheres revolucionárias e agentes de transformação social ao longo do tempo. Salienta-se também que a história geralmente sempre foi contada, em grande parte, por um representante do gênero masculino, encobrindo as vozes femininas na multidão dos acontecimentos.

Essa violência simbólica que agride a mulher ao silenciar sua participação efetiva na estrutura social como sujeito histórico, caminha de forma paralela a outras experiências de agressão desde as situações de agressões sofridas no trânsito enquanto dirigiam, recebendo jargões estereotipados por parte dos homens, como: “vai pro tanque”, “tinha que ser mulher”, dentre outros.

Uma funcionária, também musicista e integrante de uma banda de rock com o marido disse que após as apresentações geralmente as pessoas vinham conversar ou obter informações sobre a banda ou sobre uma música e se dirigiam ao marido e não a ela. Contou que em uma ocasião após uma performance espetacular em um show, um homem a abordou comentando que ela deveria usar roupas mais provocantes e não fez nenhuma menção a respeito de sua atuação no palco, além da diminuição de seu trabalho como música através do discurso da ideologia da inferioridade soma-se a ideia de objetificação da mulher.

Muitas mulheres pontuaram um sentimento de injustiça frente as faltas descontadas no trabalho quando precisam cuidar de filhos ou parentes idosos doentes, já que os maridos não faltam de seus empregos para fazerem essas tarefas. Sob esse aspecto acham que há uma desvalorização do trabalho produtivo da mulher e uma priorização do trabalho produtivo do homem e que esse “cuidar” designado às mulheres acaba prejudicando ao longo do tempo a carreira profissional.

Na tentativa de mostrar a inferioridade das mulheres tentou-se até comprovar que estas eram menos inteligentes que os homens, já que a inteligência só era medida conforme o grau de estimulação e as mulheres, no contexto de formação da sociedade e reprodução das desigualdades de gênero, eram menos motivadas, presas a responsabilidade praticamente exclusiva com a prole e com a casa, reduzindo as possibilidades de desenvolvimento de outras atividades das quais hoje são portadoras (SAFFIOTI, 1987).

As participantes comentaram que suas pontuações sobre o trabalho, que realizam muitas vezes são consideradas como implicâncias de mulher, situação que diminui sua objetividade na realização e na condução de sua função laboral. Outra situação de discriminação relatada, pelas gestoras no setor público, refere-se a morosidade na execução das ações demandadas pelo trabalho, para estas a rapidez está associada ao gênero masculino e ao cargo hierárquico.

Há a percepção de que os cargos de prestígio e de gerência no poder público municipal são oferecidos aos homens, mesmo em setores relativos aos cuidados, onde há uma presença maior de funcionárias mulheres.

O discurso sobre funções específicas para cada gênero também aparece de forma inversa, por exemplo, no discurso das mães verbalizam que não querem que seus filhos sejam cuidados por monitores do sexo masculino. A situação denota que o segmento escolar está fortemente enraizado no imaginário social da população como um espaço de pertencimento ao feminino como também as mulheres carregam essa percepção.

Nos processos seletivos para trabalhos fora da esfera pública houve apontamentos sobre a experiência de terem sofrido discriminações veladas como por exemplo a menção a maternidade. Essa inferioridade idealizada e praticada desde a formação ainda se faz presente em nosso meio social, já que a divisão entre os gêneros foi eficaz em modelar uma imagem de mulher submissa ao homem.

Os papéis da mulher perante a sociedade eram de serem esposas, mães, donas de casa e suas vontades eram reduzidas ao universo da família, seus sonhos eram descartados, como assinalado e as que insistiam na formação superior não eram bem vistas pela sociedade, pois eram estigmatizadas como mulheres de pensamento livre e independente, contrárias aos princípios tradicionais da sociedade patriarcalista, de tal forma que as mulheres mencionaram que precisam ter um esforço contínuo e muita persistência para provarem que são competentes para atuarem em qualquer cargo, por serem mulheres.

Na fala das representantes do setor público na área esportiva disseram que há uma divisão sexual visível nas atividades esportivas e que as alunas meninas precisam mostrar que são hábeis para serem aceitas no time de futebol misto. No setor de obras não é muito diferente, quando as funcionárias necessitam vistoriar as obras, precisam usar vestimentas e se apropriarem de atitudes mais masculinizadas no exercício do papel profissional para transitarem e serem reconhecidas.

Na segurança pública não vê perspectivas tão cedo de uma mulher ocupar um cargo alto na hierarquia de comando, uma vez que a fragilidade da mulher também é expressão da sociedade patriarcal. As funcionárias do meio ambiente também sentem uma tensão muito grande quando precisam fazer as fiscalizações e que fica acentuado pelo fato de que ocupam um poder de polícia.

Na saúde mencionaram as dificuldades de adesão dos homens aos programas de saúde de um modo geral, mas especialmente o de planejamento familiar e o de prevenção de câncer de próstata. As mulheres são a maioria das usuárias dos serviços da saúde, seja para si ou por levar terceiros. Houve menção também sobre as dificuldades dos funcionários lidarem com situações onde a mulher usuária não se enquadra dentro dos padrões estabelecidos socialmente, por exemplo, mulheres drogadictas, alcóoltras, prostitutas, garotas de programas e homoafetivas.

Em diversas capacitações surgiram discussões sobre a problemática da sexualização precoce de meninas associados ao uso de roupas erotizadas e abandono da escola. Algumas falas vinham carregadas de preconceitos e julgamentos e outras falas com uma compreensão da falta de opções, de escolhas e de perspectivas de vida que

se encontravam essas meninas. As discussões se convergiram ao papel profissional das participantes no auxílio como orientadoras dessas meninas quanto às opções de escolhas e suas consequências, nas decisões que elas virem a tomar.

Uma funcionária relatou que havia somente um funcionário homem em seu setor e durante o depoimento foi observado pelas colegas que esse homem era muito poupado e paparicado pelas mulheres daquele setor. Ele recebia um tratamento diferenciado como se fosse um filho. Elas agiam em algumas situações de modo a agradá-lo, servi-lo e não o viam como um colega que tinha a mesma hierarquia que elas, como asseverou Safiotti (1989) a respeito do endeusamento do homem.

Uma coordenadora de creche relatou que ela tinha feito uma casinha de alvenaria e tinha colorindo-a de rosa. Um aluno aproximou-se dela e perguntou quando seria feita uma casinha para os meninos. Ela achou interessante, porque até então, essa ação na sua concepção tinha um propósito lúdico, obscurecendo o fato de que estava estruturada em cima de um estereótipo de gênero. O relato e a discussão desse caso, proporcionou à essa coordenadora uma maior clareza de que ela tinha priorizado o público feminino em detrimento do masculino, no espaço da escola. Um reforço à perpetuação do conceito de que a casa pertence ao mundo feminino. Ela mencionou que já estava nos planos dela fazer outra casinha, desde que o aluno a abordou. Após 06 meses foi construída outra casinha que recebeu a cor azul. No entanto, a casinha rosa continuou sendo a mais frequentada por meninos e meninas.

Romper as barreiras entre os gêneros foi e ainda é um desafio, as diferenças entre homens e mulheres estão além da discriminação sofrida pelas mulheres, mas também são expressas na forma com que a competitividade é exercida no âmbito profissional, como pontuado nas percepções sobre os papéis da mulher na sociedade, na família e no trabalho a mulher para além da jornada integral ainda precisa se afirmar como mãe e esposa, resquícios de uma formação patriarcal.

Mesmo havendo uma evolução no meio social, a industrialização, urbanização, tecnologia e o desenvolvimento da pesquisa científica, não houve uma quebra completa na ideologia do patriarcalismo, sendo este ainda presente nos dias atuais em nosso meio social, restringindo o crescimento da mulher no meio profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos relatos e vivências nas capacitações contribuíram para a reflexão do quanto em certas situações elas acabam agindo e de certa maneira contribuindo para a preservação da divisão sexual do trabalho na esfera privada da família. E dessa forma, contribuem para a manutenção dos estereótipos nas relações de gênero. Torna-se interessante salientar que essa perpetuação da divisão de papéis sexuais construídos socialmente no âmbito familiar acaba às vezes sendo estendido e reproduzido no ambiente

de trabalho, como um modelo de comportamento culturalmente apreendido. Observou-se que esse encontro despertou nessas mulheres a percepção de que se elas se reunirem intersetorialmente, trocaram ideias, muitas ações poderão ser realizadas e concretizadas em prol das necessidades de homens e mulheres e do desenvolvimento da cidadania.

No entanto, cabe salientar que grande parte das participantes não se veem com capacidade e força para execução de ações transformadoras no seu campo de atuação. Talvez pelos condicionamentos construídos socialmente resultante da fragmentação do trabalho, e principalmente, devido ao meio burocrático e engessado no qual estão inseridas profissionalmente. O enquadramento setorial limita e não permite uma visão amplificada e sistêmica na busca de soluções dos problemas na prestação de assistência ao cidadão.

Percebeu-se que para as participantes é mais visível a percepção de discriminação de gênero no âmbito familiar e no trabalho. Foram poucos o relato de situações de discriminação vivenciadas fora desses dois espaços de convivência das participantes. Provavelmente, essas discriminações sejam vivenciadas em menor número ou não são percebidas claramente.

As capacitações voltadas às mulheres funcionárias públicas ocupantes de cargos de liderança foi uma iniciativa pioneira e inovadora no setor público municipal e contribuiu de maneira efetiva para a ampliação do conhecimento e fortalecimento das participantes, enquanto mulheres, profissionais e cidadãs de direito e em especial, verificar a ampla diversidade de como as relações de gênero são construídas na intersecção entre o poder público e a sociedade civil local.

Esse projeto ativou inúmeras possibilidades de ações de políticas públicas no município. Existem muitos desafios a serem alcançados tais como: a implantação de uma rede intersetorial e a transversalidade das ações políticas de gênero à nível municipal. Essas medidas resultariam em redução de custos financeiros com a diminuição da duplicidade de ações, organizaria o planejamento e a administração territorial, enfim proporcionaria um trabalho multidisciplinar para resolução dos problemas e gestão participativa.

Ações isoladas de trabalho intersetorial já são percebidos, mas a cultura organizacional de trabalho em rede ainda é um desafio a ser alcançado, devido questões burocráticas, especialidade técnica, orçamento, falta de uma visão sistêmica, integrada e principalmente pela estrutura de poder estabelecida entre os setores. Essa dificuldade de intersectorialidade é mais visível quando os segmentos da esfera pública são diferentes.

O atual modelo administrativo do setor público embasado na setorialidade de políticas públicas a princípio torna-se um dos fatores limitadores nas implantações dessas medidas. Porém, essa própria limitação passa a ser uma oportunidade de uma ação transformadora por parte dos gestores se houver *vontade política* para tal. E para isso há necessidade de flexibilização das estruturas de poder enraizadas nos setores, fazendo com que o olhar administrativo seja ampliado do nível de localização do setor para o nível territorial municipal.

Uma iniciativa recomendável que poderia ser amplamente difundida e disseminada. Ao empoderar as mulheres atuantes no setor público, no seu espaço de trabalho, somada à natureza feminina *do cuidado*, uma visão construída socialmente, impactaria de maneira considerável a ideia e a construção de cidades saudáveis, seguras e promotoras da cidadania.

A execução das políticas públicas se concretiza nos territórios do município. As cidades se constituem o palco onde as relações de gênero são construídas cotidianamente e são nelas que as transformações ocorrem e se efetivam. Dessa maneira, uma vez que as funcionárias públicas se apropriem da “*vontade política*” de “*cuida*” com autoconfiança, elas poderão atuar nesse cenário toda a sua excelência humana e feminina.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, A.O. Felizes, contentes e feministas. In : GODINHO, T; VENTURI, G. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. Edit. Perseu Abrame, 2013, p. 37-46.
- QUIVY, R. e CAMPENHOULD, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5 Ed. Gradiva: Lisboa, 2008.
- SAFIOTTI, H. A Síndrome do pequeno poder. In: GUERRA, V.N. A; AZEVEDO, M.A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. Edit. Iglu, 1989, p.13-21.
- SAFFIOTI, H. O poder do macho. In: \_\_\_\_\_. **A quem serve a relação de dominação da mulher pelo homem**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 21-40.
- SAFFIOTI, H. O poder do macho. In: \_\_\_\_\_. **Papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 8-20.
- SAFFIOTI, H.; VARGAS, Monica Muñoz. Mulher brasileira é assim. In: ROSEMBERG, F. **A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 27-62.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educ. Real.**, v.16, n.2, 1990, p. 5-22.
- VENTURI, G; GODINHO, T. (Orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Edit. Perseu Abramo, 2013.
- Welzer-Lang, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, vol. 2, 2001, p. 460-82.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

América Latina 5, 13, 16, 24, 25, 94, 95, 119, 120  
Assistente social 17, 22, 23, 26, 55, 67, 94, 102, 104, 146  
Autogestão 165, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177  
Avaliação multidimensional da pessoa idosa 45, 46, 47, 71

### B

Bioética 34, 179

### C

Centros de Referência da Assistência Social - CRAS 90, 99  
Ciências humanas e sociais 34, 35, 36, 37, 44  
Conselho Nacional de Saúde - CNS 17, 20, 34, 36, 44  
Contrarreforma do Estado 1, 2, 6, 9, 11, 12, 13  
Convivência familiar e comunitária 76, 84  
Coronavirus 20  
Covid-19 14, 15, 17, 21  
Crimes femininos 125

### D

Desenvolvimento da comunidade 22, 29, 30, 31  
Dominação 23, 86, 106, 107, 108, 116, 119, 128, 138, 141, 143, 152

### E

Emergência 6, 14, 16, 17, 18, 19, 115  
Empoderamento 102, 105, 107, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122  
Envelhecimento 16, 45, 46, 48, 70, 71, 72, 73  
Espaço urbano 99, 103, 154, 156, 157, 163  
Estado democrático de direito 124  
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 76, 80, 85, 87, 88, 97  
Estigma 85, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163  
Estigmatização territorial 154, 164  
Expansão industrial 23

## **F**

Família 17, 18, 26, 30, 70, 76, 77, 79, 82, 85, 86, 97, 103, 106, 107, 108, 109, 115, 130, 133, 137, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 155, 156

Finanças pessoais 165, 166, 168, 173, 176, 177

Fracionamento salarial 166

Fragmentação do espaço urbano 103, 156, 163

## **G**

Gênero 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 94, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

## **I**

Identidade feminina 140, 143

Idoso 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 67, 70, 71, 72, 73

## **L**

Lei Orgânica da Saúde 16

## **M**

Modo de produção capitalista 2, 90, 91

Movimento feminista 126, 127, 141, 143

Mulher criminosa 124, 126, 130, 139

Mundialização do capital 2

## **O**

Organização Mundial de Saúde - OMS 88

## **P**

Planejamento 2, 15, 21, 26, 32, 135, 149, 151, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 177

Política de saúde 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 73, 135, 179

Políticas sociais no Brasil 1, 2, 6, 11, 179

Proletariado urbano 23

Proteção integral 75, 76

## **Q**

Questão social 2, 3, 5, 6, 13, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104

## **R**

Rede de atenção à saúde 16

Reestruturação do Estado 2

Relações de poder 36, 106, 107, 110, 116, 127, 128, 163

Representatividade feminina 143

## **S**

Secretaria Municipal de Saúde 48, 50

Serviço social 1, 2, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 89, 90, 93, 94, 95, 101, 102, 103, 104, 179

Serviço social brasileiro 12, 13, 22, 25, 31

Servidores públicos 165, 166, 167, 170, 171, 176, 177

Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA 79, 83, 88

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 7, 8, 13, 16, 20, 72, 134, 135, 179

## **U**

Unidade de referência à saúde do idoso 45, 48, 50, 73

# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

